

Orações parentéticas de complemento nulo*

Gabriela Matos

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

1. Introdução

O presente trabalho incide sobre orações parentéticas cujo verbo não apresenta complemento expresso, como as que ocorrem em itálico em (1) e (2), aqui designadas *Parentéticas de Complemento Nulo*¹.

- (1) A Igreja — *atalhou o Bispo* — não pode desinteressar-se do problema social.
(Sofia de Mello Breyner Andersen, CE, 36; apud Cunha & Cintra 1984: 663)
- (2) O desemprego, *julgo eu*, é actualmente o maior problema do país.

Os verbos envolvidos seleccionam obrigatoriamente argumentos internos, como mostra a marginalidade de (3) e (4), em que não existe nenhum contexto linguístico ou discursivo que permita recuperar o conteúdo do constituinte omitido. Assim, a aceitabilidade de (1) e (2) evidencia que a selecção argumental dos verbos da parentética é satisfeita e que as *Parentéticas de Complemento Nulo* estão estreitamente associadas à frase hospedeira, diferentemente do que acontece com outros tipos de parentéticas.²

- (3) *O Bispo atalhou.
- (4) *Eu julgo.

As orações Parentéticas de Complemento Nulo podem ocorrer na frase hospedeira *intercaladas* (cf. (1)-(2)), ou em *posição final* (cf. (5)-(6)). As Parentéticas de Complemento Nulo pertencem ao grupo das chamadas *parentéticas flutuantes*, uma vez que podem ocupar diferentes posições na frase hospedeira³:

*O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do Projecto *Silent Constituents in the Grammar of Portuguese* (SILC), PTDC/LIN/66202/2006, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Baseia-se fundamentalmente em trabalho prévio, desenvolvendo um dos tópicos aflorados em Colaço e Matos (2008). Agradeço aos participantes do 1º *Workshop do Projecto SILC*, Universidade de Lisboa, Novembro de 2008 e à assistência das *Jornadas em Homenagem a Sérgio de Matos e Joaquim Barbosa*, Universidade do Porto, Fevereiro de 2010, os comentários que fizeram a versões prévias deste estudo.

¹ Estas orações têm tido, noutras línguas, diferentes designações, por exemplo, *Verbo parentético* (Urmson, 1952) *Oração comentário* (Quirk et al. 1985), *Parentéticas integradas* (Steichbach 2007), *Parentéticas reduzidas* (Fortmann 2007, Schneider 2007).

² As construções parentéticas apresentam grande diversidade. Algumas exibem claramente um grande grau de autonomia relativamente à oração hospedeira, expressando comentários do locutor sobre um constituinte (cf. (i)) ou a totalidade da frase hospedeira (cf. (ii)):

(i) Os Madredeus (*leia-se Pedro, Carlos, Mariana e Rita*) não estão sozinhos nesta aventura. (*Expresso* n°1877, 18/10/2008, *Actual*: 9)

(ii). Esta realidade (*quem dera que fosse ficção!...*) mostra também que o PRACE resultou num rotundo falhanço (*Sol*, 18/10/2008; *Confidencial*: 9)

Para uma especificação dos diferentes tipos de parentéticas em português europeu, veja-se Colaço e Matos (2008); para uma análise sintáctica de construções parentéticas oracionais coordenadas vejam-se Matos (2009), Colaço e Matos (2008, 2010), Matos & Colaço (2010), Matos e Colaço (a aparecer).

³ Neste aspecto estas orações parentéticas distinguem-se de outras, caracterizadas frequentemente como parentéticas fixas ou ancoradas, que ocorrem em adjacência imediata ao constituinte com o qual estão estreitamente associadas. Um desses casos é o das orações apositivas, entre as quais figuram as relativas não restritivas, abaixo exemplificadas:

- (5) A Igreja não pode desinteressar-se do problema social — *atalhou o Bispo*.
- (6) O desemprego é actualmente o maior problema do país, *julgo eu*.
- (7) a. A Igreja — *atalhou o Bispo* — não pode desinteressar-se do problema social.
 b. A Igreja não pode — *atalhou o Bispo* — desinteressar-se do problema social.
 c. A Igreja não pode desinteressar-se — *atalhou o Bispo* — do problema social.
- (8) a. O desemprego, *julgo eu*, é actualmente o maior problema do país.
 b. O desemprego é, *julgo eu*, actualmente o maior problema do país.
 c. O desemprego é actualmente, *julgo eu*, o maior problema do país.

Porém, quer se encontrem intercaladas ou apenas à frase hospedeira, a relação que se estabelece entre a parentética e o hospedeiro é idêntica em termos do conteúdo oracional: a frase hospedeira é sintáctica e semanticamente relacionada com o complemento omitido na parentética. De facto, o sentido de exemplos como (1) e (2) é próximo do das frases seguintes, em que as expressões *o Bispo atalhou* e *eu julgo* não ocorrem como parentéticas:

- (9) O Bispo atalhou: a Igreja não pode desinteressar-se do problema social.
 (10) Eu julgo que o desemprego é actualmente o maior problema do país.

Os exemplos (1) e (2) apresentam uma outra propriedade característica, destacada para o português europeu por Ambar (1992): a parentética exhibe tipicamente a ordem Verbo-Sujeito (V-S), como mostra a pouca aceitabilidade dos exemplos em (11):

- (11) a. ?? A Igreja — o Bispo atalhou — não pode desinteressar-se do problema social.
 b. ?/*O desemprego, eu julgo, é actualmente o maior problema do país.

Estas construções suscitam, assim, três problemas centrais inter-relacionados: como é que a parentética se articula com a frase hospedeira? Qual a natureza do constituinte omitido pelo verbo? Porque é que a ordem V-S na parentética é dominante?

Nas secções seguintes procurarei responder a estas questões, confrontando os dados do português europeu com as soluções que têm sido apresentadas na literatura: a hipótese de complementação e a hipótese que aproxima estas parentéticas dos advérbios.

2. A hipótese de complementação

Considerando a correlação, em termos de conteúdo, entre a frase hospedeira e o complemento nulo da parentética, vários autores propuseram que frases como (1) e (2) derivavam de uma estrutura inicial de complementação (e.g., Ross 1973 e Rooryck, 2001 para o inglês, Ambar 1992, para o português).

De acordo com Ross (1973), (1) e (2) teriam estruturas subjacentes como as explicitadas em (12):

- (12) a. [O Bispo atalhou [a Igreja não pode desinteressar-se do problema social]]
 b. [Eu julgo [o desemprego é actualmente o maior problema do país]]

(i) A Maria, de quem gostamos muito, vem jantar connosco hoje.
 (ii) *A Maria vem jantar connosco hoje, de quem gostamos muito.

Para Ross, o complemento do verbo seria seguidamente anteposto à frase (*Slifting*), dando origem a (13). Posteriormente, uma operação opcional, deslocaria a parentética para a esquerda, para o interior da frase complemento (*Niching*), produzindo frases como (14):

- (13) A Igreja não pode desinteressar-se do problema social — *atalhou o Bispo*.
 (14) A Igreja — *atalhou o Bispo* — não pode desinteressar-se do problema social.

No quadro da Teoria de Princípios e Parâmetros, a análise de Ross (1973) foi aplicada ao português por Ambar (1992) a parentéticas finais, como (5) e (6). De acordo com a autora, “a frase que antecede a parentética – e que de um ponto de vista sintáctico funciona como um objecto do verbo – é de um ponto de vista informacional um tópico, enquanto que o sujeito é um foco.” (Ambar 1992:93). Em conformidade, a autora atribui à frase hospedeira o estatuto de “informação partilhada pelo emissor e pelo receptor – tópico” e ao sujeito da oração parentética o estatuto de “elemento cognitivo novo” (Ambar 1992:93). Embora não apresente uma representação para estas construções, Ambar assume que “o verbo subiu para a esquerda do sujeito” e que este se manteve “na sua posição de origem” (Ambar 1992:183-184). É, pois, possível inferir a partir desta análise que a frase complemento do verbo ocorre anteposta, em posição de tópico marcado, como simplificada explicitado em (15), em que CP_1 corresponde à cópia do constituinte topicalizado:

- (15) [[CP_1 a Igreja não pode desinteressar-se ...]₁ [atalhou_v [o Bispo [VP t_v CP_1]]]]

A hipótese de complementação é reelaborada em Rooryck (2001), tendo por base dados do inglês. Rooryck procura conciliar a proposta de Ross (1973) com o trabalho de Cinque (1999) sobre os constituintes adverbiais. Rooryck destaca que as Parentéticas de Complemento Nulo têm usualmente um valor evidencial, ou seja, são expressões que dão informações sobre a significação emocional, a relevância lógica e o grau de fiabilidade das produções linguísticas do locutor (Urmson 1952), pelo que considera que a frase hospedeira é inicialmente inserida como complemento do verbo da parentética mas, durante a derivação, move-se para a posição de especificador da projecção funcional de Modalidade Evidencial (MoodEvidP). Em línguas como o inglês o verbo pode ou não subir para o núcleo desta projecção; (16) ilustra o caso em que essa elevação se verificou:

- (16) a. Jules is back — She said / said she.
 b. [_{MoodEvidP} [_{CP} Jules is back] [_{MoodEv°} said] [_{TP} she [_{T°} said] [_{VP} she said-CP]]]]

As propostas de Ambar (1992) e Rooryck (2001) parecem dar conta dos casos em que a parentética ocorre em posição final, captando a relação entre a frase hospedeira e o complemento nulo da parentética e a inversão sujeito verbo nesta última oração.

Contudo, tanto Ambar como Rooryck não discutem a derivação das *parentéticas intercaladas* (cf. (7)-(8)). O alargamento das suas análises a estes casos revela-se uma questão complexa no quadro da Teoria de Princípios e Parâmetros. De facto, no âmbito do Programa Minimalista (Chomsky 2004, 2008), tendo por base representações como (15) e (16), resultantes do movimento do complemento do verbo da parentética para a periferia esquerda da frase, a aplicação de *Internal Merge* para produzir a interposição da parentética levar-nos-ia a assumir que a oração parentética *atalhou o Bispo CP* se move para o interior

do constituinte anteposto. Porém, em termos de *derivação por fases*, esta análise é problemática, como podemos verificar, considerando abreviadamente as etapas envolvidas⁴:

(i) Formação das fase vP e de parte da fase CP da oração subordinante por aplicação repetida da operação de *External Merge*:

(17) [atalhou_j [_{VP} o Bispo \forall_i [_{VP} \forall_j [_{CP} a Igreja não pode desinteressar-se ...]]

(ii) Deslocação do CP complemento do verbo para posição de tópico, por *Internal Merge*, deixando uma cópia na sua posição inicial:

(18) [[_{CP1} a Igreja não pode desinteressar-se...]₁ [atalhou_j [_{VP} o Bispo \forall_i [_{VP} \forall_j _{CP1}]]]]

(iii) Tentativa frustrada de aplicação da operação de *Transfer* ao VP, complemento da fase vP, para os níveis de interface (em conformidade com a *Phase Interpenetrability Condition*, que mantém como acessíveis até à fase em que são requeridos o especificador e o núcleo, no caso *o Bispo e atalhou*):

(19) Transferência de VP para interface semântica : [_{VP} \forall_j _{CP1}]

Note-se que, se fosse aplicada, a operação de *Transfer* produziria expressões não interpretáveis; em particular, a cópia do complemento do verbo não poderia ser ligada pelo CP topicalizado, visto que este só será transferido na fase seguinte, a fase CP.

(iv) Deslocação, por *Internal Merge*, do CP matriz para adjunção a uma projecção interior ao CP anteposto.

(20) [[_{CP1} a Igreja [_{CP2} atalhou o Bispo _{CP1}] não pode desinteressar-se ...] ... _{CP2}]

(v) Conclusão da formação da fase CP da oração raiz, CP3, e sua Transferência para os níveis de interface.

(21) Transferência para interface semântica:

[_{CP3} [_{CP1} a Igreja [_{CP2} atalhou [_{VP} o Bispo \forall_i [_{VP} \forall_j _{CP1}]]]] não pode desinteressar-se...] _{CP2}]]

Apenas quando a fase CP3 se encontra completamente formada, pode a estrutura ser transferida para a interface. Porém, nestas circunstâncias CP1, o complemento do verbo *atalhar*, não é interpretável como um constituinte deslocado para a periferia esquerda da frase matriz, dado que não c-comanda _{CP1}⁵. Consequentemente, _{CP1} não pode ser interpretado como uma variável ligada resultante de topicalização, mas como um complemento elíptico de natureza categorial CP.

⁴ Rooryck, reconhece o problema que suscita a derivação das parentéticas intercaladas e propõe uma hipótese alternativa: “The complementation analysis can easily account for the sentence-final position of the parenthetical, but the positions of the parenthetical inside the sentence are rather difficult to derive via syntactic movement, unless massive remnant-movement-cum-deletion is marshal” Rooryck (2001:130).

⁵ Recorde-se a definição de *c-comando*: X c-comanda Y, se X e Y forem irmãos ou se Y estiver contido num irmão de X.

A Hipótese de Complementação coloca um outro problema: a questão da inversão das relações de dependência entre as frases envolvidas. Enquanto nas construções de subordinação é a subordinada que está crucialmente dependente da subordinante, nas construções parentéticas é a parentética que depende do hospedeiro. A alteração das relações de dependência decorrente da Hipótese de Complementação surge, assim, como inesperada: se a relação que se estabelece entre as orações envolvidas é a de subordinação, não se compreende como é que a oração subordinante adquire o estatuto de parentética (i.e., dependente) e a subordinada o de sua hospedeira (i.e., não dependente).

Em suma, de um ponto de vista teórico, a hipótese de complementação, que atribui ao complemento omitido do verbo da parentética o estatuto de cópia resultante de movimento, é problemática. Veremos na próxima secção que existem argumentos empíricos que mostram que na construção Parentética de Complemento Nulo a frase hospedeira não resulta da deslocação do complemento da parentética, mas sim da inserção inicial de um complemento sem realização lexical que tem o seu conteúdo proposicional fixado pela frase hospedeira.

4. Argumentos empíricos relativamente à natureza do complemento nulo⁶

A reconsideração dos exemplos (1) e (2), repetidos em (22) e das suas paráfrases em (23), mostra que a relação entre a frase hospedeira e a parentética não é sempre do mesmo tipo e sugere que um tratamento uniforme em termos sintácticos destas parentéticas (que parece desejável) não pode apelar ao movimento do complemento do verbo, para uma posição externa à oração parentética:

- (22) a. A Igreja — *atalhou o Bispo* — não pode desinteressar-se do problema social.
b. O desemprego, *julgo eu*, é actualmente o maior problema do país.
- (23) a. O Bispo atalhou: a Igreja não pode desinteressar-se do problema social.
b. Eu julgo que o desemprego é actualmente o maior problema do país.

Cada um dos casos em (22) apresenta especificidades próprias. Em (22a), como mostra (23a), a parentética exhibe um verbo de comunicação verbal⁷ e corresponde a uma sequência de discurso indirecto reportada por um locutor/escritor distinto do sujeito frásico, *atalhou o Bispo*. Esta parentética articula-se com a sequência de discurso directo reportada na frase hospedeira, *a Igreja não pode desinteressar-se do problema social*. A conversão da frase hospedeira em discurso indirecto implicaria, entre outras alterações, a inclusão do complementador *que* (cf. (24))⁸:

- (24) O Bispo atalhou que a Igreja não podia (/pode) desinteressar-se do problema social.

Pelo contrário, em (22b), o sujeito do verbo epistémico na parentética coincide com o locutor/escritor (*eu julgo*) e nem a frase parentética é interpretada como um fragmento de

⁶ Argumentos próximos dos apresentados nesta secção têm sido referidos para outras línguas. Vejam-se, por exemplo, para o alemão Steinbach (2007) e Fortmann (2007), e para o inglês Steichbach (2007).

⁷ O verbo *atalhar* nos exemplos dados é interpretado como um verbo de comunicação verbal com o sentido de ‘interromper’, ‘abreviar dizendo’.

⁸ Para uma caracterização de discurso directo e indirecto e das suas relações com as frases parentéticas intercaladas veja-se, para o espanhol, Maldonado (1999).

discurso indirecto, nem a frase hospedeira parece corresponder a um sequência de discurso directo, como mostra a marginalidade de (25):

(25) *Eu julgo: o desemprego é actualmente o maior problema do país.

Porém, independentemente de corresponder a uma sequência de discurso directo ou indirecto, a frase hospedeira nunca pode exibir o complementador *que*:

(26) a. *Que a Igreja não pode desinteressar-se do problema social — atalhou o Bispo.
b. *Que o desemprego é actualmente o maior problema do país, julgo eu.

Este facto sugere que, do ponto de vista sintáctico, é difícil sustentar que a oração hospedeira corresponde a uma subordinada completiva do verbo.

Argumentos adicionais corroboram esta posição. Assim, note-se que, em (24), para além da presença do complementador, há alteração (neste caso, opcional) da forma verbal da oração subordinada (*podia*, em vez de *pode*), para maior coesão temporal entre a subordinante e subordinada. Contudo, na oração hospedeira, essa alteração produz uma modificação de sentido (cf. (27)) – enquanto em (24), independentemente da forma verbal, o desinteresse da igreja é assumido como simultâneo ou posterior ao momento da enunciação por parte do Bispo, em (27) é interpretado como um evento anterior:

(27) #A Igreja não podia desinteressar-se do problema social — atalhou o Bispo.

Por seu turno, verbos de complementação como *lamentar* ou *esperar* determinam a presença do modo conjuntivo na oração completiva que seleccionam (cf. (28)); todavia, quando estes verbos se encontram na oração parentética, o conjuntivo não ocorre na frase hospedeira (29), o que mostra que ela não é seleccionada como um argumento do verbo da parentética:

(28) a. O Bispo lamentou que muitos {*se desinteressassem*/**se desinteressam*} do problema social
b. Eu espero que o desemprego não {*seja*/**é*} o maior problema do país.
(29) a. Muitos — lamentou o Bispo — {*desinteressam-se*/**desinteressem-se*} do problema social.
b. O desemprego — espero eu — não {*é*/**seja*} o maior problema do país.

Em suma, na subordinação completiva, a forma verbal da subordinada é determinada em tempo e modo pelas propriedades do verbo da subordinante. A independência do verbo da frase hospedeira face ao verbo da parentética mostra que este não selecciona a frase hospedeira. É, pois, necessário encontrar alternativa à hipótese de complementação.

5. A estrutura da oração parentética

Uma hipótese alternativa à apresentada na secção anterior consiste em admitir que a oração parentética e a frase hospedeira estão plenamente expandidas e que a dependência da parentética relativamente à hospedeira resulta da presença de um complemento nulo seleccionado pelo verbo, cujo conteúdo é fixado pela oração hospedeira. De acordo com

esta proposta, uma representação para (1) seria a seguinte, em que o referido complemento se encontra em vP e o verbo se moveu para uma projecção funcional acima desta categoria:

(30) A Igreja — [atalhou [vP o Bispo \forall [vP \forall \emptyset]]] — não pode desinteressar-se ...

Importa seguidamente determinar a natureza, pronominal ou não, do complemento nulo. Os dados mostram que, com verbos como *recear* ou *suspeitar*, é possível (marginalmente) a ocorrência na parentética de um constituinte pronominal em vez do complemento nulo (cf. (31b)), mas mostram também que o mesmo não acontece quando o sujeito se encontra realizado em posição pós-verbal (cf. (31b) vs. (32b)):

- (31) a. A crise — receio bem / receio-o bem — está para durar.
b. A crise — suspeito / suspeito-o — está para durar.
(32) a. A crise — receio eu / *receio-o eu — está para durar.
b. ?? A crise — receio-o eu / *suspeito-o eu — está para durar.

A ocorrência de pronomes complemento em parentéticas com verbos de comunicação verbal como *dizer*⁹ ou epistémicos como *julgar*, produz resultados marginais, que se acentuam quando há Inversão Sujeito-Verbo, como atestam os exemplos em (33):

- (33) a. A Igreja — ??disse-o / *disse-o o Bispo — não pode desinteressar-se.
b. O desemprego, ??julgo-o / *julgo-o eu, é actualmente o maior problema do país.

Assim, admito que em português europeu o complemento nulo do verbo se move para a periferia esquerda da oração parentética, funcionando como um operador que liga uma variável na posição de complemento do verbo. Por outras palavras, a categoria vazia deslocada é um tópico nulo que liga um Objecto Nulo, caracterizado como nos casos clássicos descritos para o português europeu, em Raposo (1986) e Duarte (1987):

- (34) a. A Igreja — \emptyset_i disse/atalhou o Bispo [-]_i — não pode desinteressar-se...
b. O desemprego, \emptyset_i julgo eu [-]_i, é actualmente o maior problema do país.

A favor desta hipótese argumentam os contextos de ocorrência a longa distância e os efeitos de ilha¹⁰ notados em Cover (1994) (*apud* Rooryck 2001) em parentéticas com verbos de comunicação e epistémicos.¹¹

- (35) a. A Igreja — consta que atalhou o Bispo — não pode desinteressar-se do problema ...
b. *A Igreja — consta o boato de que atalhou o Bispo — não pode desinteressar-se ...
(36) a. (?) O desemprego — repito que julgo eu — é o maior problema do país.

⁹ *Atalhar*, enquanto verbo de comunicação verbal, não aceita um complemento pronominal que denote o que foi dito. O referido pronome refere-se ante ao interlocutor (*#O Bispo atalhou-o/a.*). Por esse motivo, este verbo não será utilizado nos exemplos em que o clítico ocorre.

¹⁰ Recorde-se que os efeitos de ilha são classicamente assumidos como um diagnóstico para a existência de movimento de constituintes.

¹¹ Repare-se que em parentéticas como a que surge em (2), com valor pragmático de mitigadores, o seu encaixe numa frase subordinante não produz resultados perfeitos. Uma análise cuidada deste fenómeno está, no entanto, fora do âmbito deste artigo.

b. *O desemprego — saliento o facto de que julgo eu — é o maior problema do país.

Note-se que esta proposta, embora retenha a intuição de Ambar (1992) quanto ao estatuto de tópico do constituinte associado ao complemento nulo do verbo parentético, diverge da desta autora, na medida em que assume que o complemento do verbo não sai do domínio oracional da parentética. Aproxima-se antes da proposta de Collins & Branigan (1997) e de Collins (1998), para o inglês, que consideram que nestas parentéticas um operador nulo na periferia esquerda da parentética ocorre associado ao complemento nulo do verbo, que caracterizam como *pro*. No entanto, como vimos, em português como noutras línguas, há argumentos a favor deste complemento nulo ser uma variável resultante de movimento.

A análise do complemento do verbo parentético como Objecto Nulo, não dá conta da ordem Verbo – Sujeito que esta construção exhibe. Exemplos como os seguintes, em que um advérbio de modo modificador de vP, se encontra em adjunção à esquerda a este constituinte, sugerem que o sujeito pós-verbal não se encontra exactamente na mesma posição nos exemplos (1) e (2): (37) mostra que o sujeito pós-verbal de parentéticas como (1) ocorre em especificador de vP; (38a) vs. (38b) sugere que o sujeito da parentética em (2) ocupa a posição de especificador de uma projecção funcional mais alta:

(37) A Igreja — atalhou [_{vP} convictamente [_{vP} o Bispo ...]] — não pode desinteressar-se.

(38) a. ??O desemprego, julgo [_{vP} convictamente [_{vP} eu ...]], é actualmente o maior problema do país.

b. O desemprego, julgo eu convictamente, é actualmente o maior problema do país.

Considerando a estrutura informacional da parentética, admitimos que enquanto o sujeito em (1) e (37) é o foco informacional não marcado da oração, em (2) e (38b) é um foco contrastivo. Esta análise é corroborada por exemplos como (39) e (40), que mostram que o estabelecimento de uma relação de contraste explícita apenas capta adequadamente o sentido de (2), não o de (1):

(39) ??A Igreja — atalhou o Bispo, mas *outros não* — não pode desinteressar-se ...

(40) O desemprego, *julgo eu mas outros não*, é actualmente o maior problema do país.

Enquanto foco informacional, o sujeito de (1) ocorre em especificador de vP, como explicitado em (30)-(41); na qualidade de foco contrastivo, o sujeito de (2) ocupa a posição de especificador FocoP, ocorrendo o verbo em núcleo de C, como representado em (42):

(41) ... — [_{CP} [\emptyset_i [_{TP} atalhou [_{vP} o Bispo ... [-]_i]]] — ...

(42) ... , [\emptyset_i [_{CP} julgo [_{FocP} eu [_{TP} ... [_{vP} ... [-]]]]]], ...

Esta distinção relativa à posição e ao valor informacional dos sujeitos nestas parentéticas é corroborada pelo diferente estatuto pragmático que lhes é atribuído: a parentética em (1) funciona como um *relator do discurso*; pelo contrário, em (2) a parentética desempenha a função pragmática de *mitigador*, i.e. é uma expressão que o atenua o comprometimento do enunciador relativamente ao conteúdo da expressão que enuncia (na frase hospedeira), enfatizando que esse conteúdo apenas transmite a posição do enunciador (cf. Schneider 2007).

6. A Parentética de Complemento Nulo como adjunto da frase hospedeira

A autonomia relativa da parentética face ao hospedeiro recoloca a questão da articulação entre estas orações. Autores como Jackendoff (1972), Costa (2010) e Matos e Colaço (2010, a aparecer), sugerirem que as frases parentéticas têm um comportamento semelhante aos adverbiais que podem ser colocados em diferentes posições no domínio frásico.

- (43) a. O desemprego, *julgo eu*, é actualmente o maior problema do país.
b. O desemprego é, *julgo eu*, actualmente o maior problema do país.
c. O desemprego é actualmente, *julgo eu*, o maior problema do país.
d. O desemprego é actualmente o maior problema do país, *julgo eu*.
- (44) a. O desemprego, *infelizmente*, é actualmente o maior problema do país.
b. O desemprego é, *infelizmente*, actualmente o maior problema do país.
c. O desemprego é actualmente, *infelizmente*, o maior problema do país.
d. O desemprego é actualmente o maior problema do país, *infelizmente*.

Adoptando esta posição, consideramos que as Parentéticas de Complemento Nulo são adjuntos, inseridos à esquerda das projecções lexicais e funcionais no domínio frásico, i.e.: TP-... – vP – VP, ou à direita da frase na sua totalidade, (cf. (45)):

- (45) a. Os serviços médicos [_{TP} *julgo eu* [_{TP} prestaram auxílio a muita gente]]
b. Os serviços médicos prestaram [_{VP} *julgo eu* [_{VP} auxílio a muita gente]].
c. Os serviços médicos prestaram auxílio [_{VP} *julgo eu* [_{VP} [-]₂ a muita gente]]
d. [_{CP} Os serviços médicos prestaram auxílio a muita gente] [_{VP} *julgo eu*]

Esta análise permite, assim, captar a aparente flutuação da oração parentética.

7. Observações finais

No presente estudo considerámos a Construção Parentética de Complemento Nulo em casos com a função pragmática de *relator discursivo* e de *mitigador* da posição assumida pelo locutor. Apresentámos argumentos mostrando que a oração hospedeira não é um complemento do verbo da parentética e mostrámos estas orações devem ser analisadas como frases plenamente expandidas. Argumentámos que a frase parentética comporta um objecto nulo e que a dependência de sentido deste relativamente à frase hospedeira deve ser captado pela existência de um tópico nulo que tem o seu conteúdo fixado pela frase hospedeira. Assumimos igualmente que a posição ocupada pelo sujeito pós-verbal da parentética está estreitamente associada ao seu valor discursivo: quando constitui o foco informacional não marcado da frase, ocorre em especificador de vP, quando é foco contrastivo, ocupa a posição de especificador de FocP. Neste último caso o verbo sobe para C. Admitimos ainda que a aparente flutuação da oração parentética decorre da sua adjunção a diferentes projecções funcionais e lexicais na frase hospedeira, TP-AspP-vP-VP.

Referências

- Ambar, M. (1992) *Para uma sintaxe da inversão sujeito-verbo em português*. Lisboa: Edições Colibri.
- Cinque, G. (1999). *Adverbs and Functional Heads - A Cross-Linguistic Perspective*. New York/Oxford: Oxford University Press

- Chomsky, N. (2004) Beyond Explanatory Adequacy. In Belletti, A. (ed.) *Structures and Beyond – The Cartography of Syntactic Structures*, vol. 3. New York/Oxford: Oxford University Press, 105-131.
- Chomsky, N. (2008). “On Phases”. In Freidin, R., C. Otero & M-L Zubizarreta (eds.) *Foundational Issues in Linguistic Theory - Essays in Honor of Jean-Roger Vergnaud*. Cambridge, Massachusetts: the MIT Press, 133-166.
- Colaço, M. & G. Matos (2008) “Coordenação com orações parentéticas em Português”. 1º Workshop do Projecto SILC, Novembro, Lisboa. Ms.
- Colaço, M. & G. Matos (2010) “Estruturas Coordenadas sem Especificador Realizado em Português Europeu”. In *Diacrítica*. Braga: Revista do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho.
- Collins, C. (1998) *Local Economy*. Cambridge, Mass: Mit Press.
- Collins, C. & P. Branigan (1997) “Quotative Inversion.” *Natural Language and Linguistic Theory* 15, 1-41.
- Costa, J. 2010. “Prosodic prominence: a syntactic matter?” In Erteshick-Shir, N. & L. Rochman (eds) *The Sound Patterns of Syntax*. New York/Oxford: Oxford University Press.
- Corver, N. (1994) Parenthetical Clauses: Their Nature and Distribution. Tilburg: Tilburg University. Ms.
- Cunha, C. & L. Cintra (1984) *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: João Sá da Costa.
- Déhé, N. & Y. Kavalova, eds. (2007). *Parentheticals*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Duarte, I. (1987). *A Construção de Topicalização na Gramática do Português. Regência, Ligação e Condições sobre Movimento*. PhD. Dissertation, Universidade de Lisboa.
- Fortmann, C. (2007) “Integrated Parentheticals and assertional complements. In Déhé, N. & Y. Kavalova, eds., 89-119.
- Jackendoff, R. (1972) *Semantic interpretation in generative grammar*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Maldonado, C. (1999) “Discurso directo y discurso indirecto”. In Bosque, I. y V. Demonte, *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Vol.3, cap.55, Madrid: Espasa, pp. 3549-3595.
- Matos, G. (2009), Appositive Sentences and the Structure(s) of Coordination. *Romance Languages and Linguistic Theory 2006*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, pp. 159-173.
- Matos, G. & M. Colaço (2010) “A coordenação parentética como uma instância de adjunção”. *Textos Seleccionados do XXV do Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Maia: Tipografia Nunes Lda. pp. 607-622.
- Matos, G. & M. Colaço (a aparecer) “Floating parenthetical coordination”. *Romance Languages and Linguistic Theory 2006*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Quirk, R., S. Greenbaum, G. Leech & J. Svartvik. (1985). *A Comprehensive Grammar of the English Language*. London: Longman.
- Raposo, E. (1986) “On the Null Object construction in European Portuguese”. In Jaeglli, O. & C. Silva-Corvalán (eds.) *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris, 373-390.
- Ross, J. (1973) “Slifting”. In Gross, M., M. Halle & M-P Schützenberger (eds.) *The formal analysis of natural languages. Proceedings of the first international conference*. De Hague-Mouton, 133-169.
- Rooryc, J. (2001) “Evidentiality, Part I”. *Glott International*, Vol. 5, N°4, Abril, 125-133.
- Steichbach, Markus (2007) “Integrated parenthetical clauses in English”. In Déhé, N. & Y. Kavalova (eds.).
- Schneider, S. (2007) “Reduced parenthetical Clauses in romance languages – a pragmatic typology”. In Déhé, N. & Y. Kavalova, (eds.).
- Urmson, J. (1952) “Parenthetical verbs”. *Mind*, 61: 480-496.